

**ANAIS DA V SEMANA DE SERVIÇO SOCIAL DA FRT**

**31 de maio a 01 de junho de 2022**

**FORTALEZA-CE**

**ISSN 2764-4588**

## FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Bibliotecária Aryanna da Costa Amorim Liberato CRB-3/1406

S471

Semana de Serviço Social da FRT

(5 . : 2022 : Fortaleza, CE)

Anais [recurso eletrônico] / 5ª Semana de Serviço Social, 31 de maio a 1 de junho em Fortaleza, CE. –  
Fortaleza : FRT, 2022.

Modo de acesso: Internet

ISSN 2764-4588

1. Serviço Social
2. Atuação do Assistente Social
3. Serviço Social – Ética I. Título

360

### **COMISSÃO ORGANIZADORA**

Ma. Joana Darc Matias do Prado Teles (Presidente)

Dra. Daniele Ribeiro Alves (Docente)

Ma. Lucileila de Sousa Cardoso Almeida (Docente)

Ma. Maria da Conceição Reis Silva (Docente)

Ma. Sâmea Moreira Mesquita Alves (Discente)

### **AVALIADORES DAS APRESENTAÇÕES ORAIS DOS TRABALHOS**

Dra. Daniele Ribeiro Alves (Docente)

Ma. Joana Darc Matias do Prado Teles (Docente)

Ma. Juliana Lustosa Jucá (Docente)

Ma. Lucileila de Sousa Cardoso Almeida (Docente)

Ma. Maria da Conceição Reis Silva (Docente)

Ma. Sâmea Moreira Mesquita Alves (Docente)

Dra. Socorro Letícia Fernandes Peixoto (Docente)

## Prefácio

A Faculdade Rodolfo Teófilo (FRT) mantida pelo Instituto do Câncer do Ceará (ICC), tem como missão *formar profissionais éticos, tecnicamente competentes, politicamente responsáveis e comprometidos com o desenvolvimento sustentável, que contribuam para a melhoria dos serviços de saúde e da gestão das empresas e instituições locais, regionais e nacionais*. Esse compromisso ainda se expressa na integração da FRT com a comunidade, por meio da ampliação da oferta de cursos, e da realização de programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão, que oferecem oportunidades de desenvolvimento socioeconômico, artístico, cultural, socioambiental, científico e tecnológico.

A FRT iniciou as suas atividades acadêmicas em 2018 e, para tornar sua missão factível, cumpre o seu papel de participação na formação de profissionais competentes, comprometidos com as demandas sociais e capazes de, por meio de uma inserção comunitária, contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

Os princípios e objetivos da FRT articulam-se com o cenário de transformações ocasionadas pela emergência de um novo momento histórico, caracterizado por uma evolução rápida e contínua da sociedade moderna, especialmente no que se refere ao desenvolvimento das tecnologias, das novas exigências de qualificação profissional, dos novos padrões de organização da educação e, em especial, da exigência do compromisso social das instituições com a formação de quadros profissionais qualificados para atuarem em um mercado cada vez mais competitivo e globalizado.

Aliado aos objetivos da FRT, o Curso de Serviço Social promoveu a **V Semana de Serviço Social da Faculdade Rodolfo Teófilo**, realizado no período de 31 de maio a 01 de junho de 2022, com tema “**Mulheres, classe e etnia: trabalho, discriminação e resistência**”.

A **V Semana de Serviço Social da Faculdade Rodolfo Teófilo** teve como objetivo proporcionar discussão a discentes, docentes e profissionais sobre temáticas emergentes no cenário atual, visando o fortalecimento do compromisso ético-político profissional e o engajamento nas lutas voltadas à defesa e à afirmação dos direitos e das políticas sociais públicas brasileiras.

Profa. Ma. Joana Darc Matias do Prado Teles

Coordenadora do Curso de Serviço Social da Faculdade Rodolfo Teófilo

## Sumário

<b>A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO PROGRAMA PLANEJAMENTO FAMILIAR .....</b>	<b>7</b>
<b>AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL QUE ATRAVESSAM OS TRABALHADORES UBERIZADOS EM FORTALEZA-CE.....</b>	<b>8</b>
<b>ENVELHECIMENTO E SAÚDE MENTAL NA PANDEMIA DE COVID-19 .....</b>	<b>9</b>
<b>GRAVIDEZ X DIREITOS.....</b>	<b>10</b>
<b>O CUIDADO EM SAÚDE DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA.....</b>	<b>11</b>
<b>SAÚDE E VELHICE: CUIDAR SEMPRE SERÁ NECESSÁRIO!.....</b>	<b>12</b>
<b>SAÚDE MENTAL E COVID-19: REFLEXÕES SOBRE OS IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL INFANTO-JUVENIL.....</b>	<b>13</b>
<b>TECNOLOGIAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL, SENTINDO, RUMOS E DESAFIOS PARA A PROFISSÃO EM PERÍODO PÓS PANDEMICO.....</b>	<b>15</b>
<b>A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: UMA QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA .....</b>	<b>16</b>
<b>AS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA E O COMBATE AO PRECONCEITO EM UMA IES PRIVADA.....</b>	<b>17</b>
<b>CUIDADOS PALIATIVOS: ACOLHENDO O ENVELHECIMENTO.....</b>	<b>18</b>
<b>GÊNERO E ETNIA: EXPRESSÕES DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NA CULTURA INDÍGENA.....</b>	<b>20</b>
<b>IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS: IMPLICAÇÕES SOCIOAFETIVAS GERADAS PELA PANDEMIA COVID-19, NO RESIDENCIAL SANTA TEREZINHA.....</b>	<b>21</b>
<b>MATERNIDADES EM CONTEXTO INTERGERACIONAIS DE POBREZA: OS LUGARES DAS AVÓS.....</b>	<b>22</b>
<b>MULHERES TRANS E SEUS DESAFIOS: RELATOS DE VIDA EM UMA IES DE FORTALEZA-CE.....</b>	<b>23</b>
<b>REFLEXÕES DA VELHICE NA FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA.....</b>	<b>24</b>
<b>RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O DOCUMENTÁRIO PINTANDO A INFÂNCIA INDÍGENAS.....</b>	<b>25</b>
<b>A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....</b>	<b>27</b>
<b>AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA COMO AVALIADORAS DO MEC DE RECONHECIMENTO DE CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL.....</b>	<b>28</b>
<b>ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.....</b>	<b>29</b>
<b>O REFLEXO DA NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO SOBRE A ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO SUAS.....</b>	<b>30</b>
<b>OUSAR SABER PARA OUSAR TRANSFORMAR: A PESQUISA NA FORMAÇÃO EM</b>	

<b>SERVIÇO SOCIAL, UM RELATO DA EXPERIÊNCIA.....</b>	<b>32</b>
<b>POSTURA ÉTICA NA ATUAÇÃO PROFISSIONAL.....</b>	<b>33</b>
<b>PROJETO ÉTICO POLÍTICO E SAÚDE: UM ESTUDO SOBRE A MATERIALIZAÇÃO NO NASF.....</b>	<b>34</b>
<b>UMA ABORDAGEM SOBRE O SERVIÇO SOCIAL NA ONCOLOGIA .....</b>	<b>35</b>
<b>UMA ANÁLISE SOBRE O PRINCÍPIO DA LIBERDADE NO CÓDIGO DE ÉTICA.....</b>	<b>36</b>

## EIXO TEMÁTICO: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICA SOCIAL E QUESTÃO SOCIAL

### A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO PROGRAMA PLANEJAMENTO FAMILIAR

Patrícia Ribeiro Barros<sup>1</sup>, Sâmea Moreira Mesquita Alves<sup>2</sup>, Claudiana Gabriela Lima de Souza<sup>3</sup>, Rebeca Bezerra Silva<sup>4</sup>.

1 Autor principal: Discente do Curso de Serviço Social – Faculdade Rodolfo Teófilo

2 Co-autoria: Docente do Curso de Serviço Social - Faculdade Rodolfo Teófilo

3 Co-autoria: Discente do Curso de Serviço Social – Faculdade Rodolfo Teófilo

4 Co-autoria: Discente do Curso de Serviço Social – Faculdade Rodolfo Teófilo

#### RESUMO

**Introdução:** O Sistema Único de Saúde (SUS) apresenta como um de seus princípios a universalidade, o que significa que todos têm direito e acesso aos serviços de saúde. De acordo o Art. 1º da Lei 9.263 de 12 de janeiro de 1996, o Planejamento Familiar corresponde a um direito de todo cidadão. Constituído como programa social de âmbito nacional, bem como fazendo parte da Política de Saúde Pública, o Programa de Planejamento Familiar é também amparado pelo SUS. No Brasil, os direitos reprodutivos são protegidos pela Constituição Federal de 1988. Tal direito assegura a livre tomada de decisão sobre a própria fecundidade, gravidez, educação dos filhos e saúde reprodutiva, sendo livre de discriminação, imposição e violência. Nesse contexto, faz-se relevante frisar que ele tem sido fundamental para a garantia dos direitos dos usuários, seja para prevenção e controle de doenças sexualmente transmissíveis e/ou fortalecimento de ações educativas sobre a saúde sexual, produtiva e reprodutiva. A falta do Planejamento Familiar implicará diretamente em indicadores de problemas de saúde pública. **Objetivo:** Refletir sobre a atuação profissional do Assistente Social no programa Planejamento Familiar. **Métodos:** Pesquisa dos tipos bibliográfica e documental, realizada no período de Janeiro a Maio de 2022, e, de cunho qualitativo. **Discussão e Resultados:** Nesta pesquisa é verificada a realidade do(s) indivíduo(s), a qual está atrelado à questões sociais e culturais. Independente da instância a qual é vinculada, seja Federal, Estadual ou Municipal, o atendimento direto aos usuários dá-se nos diversos espaços de atuação profissional na saúde, desde a atenção básica até os serviços que se organizam a partir de ações de média e alta complexidade. A materialidade deste programa possui como base a estrutura da rede de serviços brasileira a partir das Unidades da Estratégia de Saúde da Família, dos postos e centros de saúde, policlínicas, institutos, maternidades, Centros de apoio psicossocial Caps, hospitais Gerais, de emergência e especializados, incluindo os universitários. (CFESS, 2010, p.41). Portanto, faz-se relevante o encontro de diversos saberes para melhor entender a realidade de cada usuário e cada atendimento. Quanto à atuação do Assistente Social no Programa Planejamento Familiar, este corresponde a um processo que acompanha desde a entrada do usuário, seu encaminhado, bem como participação para o programa em menção, de forma a atender qualificadamente a demanda de cada usuário, sem desconsiderar os limites institucionais que existem, nessa trajetória. **Considerações finais:** Compreendendo a importância do trabalho do/a Assistente Social na equipe multiprofissional, no que se diz respeito a educação em saúde, destaca-se a atuação desse profissional nas relações entre os sujeitos, direcionando de forma efetiva informações visando um processo no entendimento da construção e emancipação do usuário, da qual faz essa ligação no espaço em que o profissional atua.

**Palavras-chave:** Câncer. Família. Serviço Social.

## **AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL QUE ATRAVESSAM OS TRABALHADORES UBERIZADOS EM FORTALEZA – CE**

Thaís Honório de Lima<sup>1</sup>, Daniele Ribeiro Alves<sup>2</sup>, Adriana Lima Rodrigues<sup>3</sup> e Rafaela Araujo Reis<sup>4</sup>.

1 Autor principal: Discente do curso de Serviço Social – Faculdade Rodolfo Teófilo.

2 Co-autoria: Docente do Curso de Serviço Social - Faculdade Rodolfo Teófilo

3 Co-autoria: Discente do Curso de Serviço Social – Faculdade Rodolfo Teófilo

4 Co-autoria: Discente do Curso de Serviço Social – Faculdade Rodolfo Teófilo

**RESUMO: Introdução:** Com o desenvolvimento do modo capitalista e com os avanços tecnológicos, o mundo do trabalho passou por várias modificações. Em 2017 no Brasil quando a lei de nº 13.467 da Reforma Trabalhista foi sancionada, foi alterado um novo mecanismo de trabalho no país; mudanças nas jornadas de trabalho, negociação coletiva e trabalhos intermitentes foram ganhando espaço nas novas formas de gerir o trabalho, como o processo de uberização. Diante disso, os **objetivos** deste trabalho são: entender as expressões da “questão social” que atravessam os trabalhadores “Uberizados” no contexto pandêmico em Fortaleza-CE; compreender a situação socioeconômica atual dos trabalhadores uberizados no processo pandêmico; entender como esse trabalho informal vem crescendo nesse segmento em Fortaleza-CE; Identificar as problemáticas causadas pela pandemia na saúde mental e dos uberizados **Metodologia:** Pesquisa bibliográfica de caráter quantitativo, (MYNAIO,2002) realizada no período de fevereiro a maio de 2021.**Discussão e Resultados:** Diante de toda flexibilização trabalhista, e a alusão em ser dono do seu próprio negócio, as economias de compartilhamento vem crescendo cada dia mais. Com os altos índices de desemprego muitos trabalhadores se submetem a exploração trabalhando mais de 12hs por dia, sem carteira assinada, sem direitos, sem vínculos empregatícios, sem benefícios, submetendo-se de fato a superexploração do trabalho. Com isso, a flexibilização também pode ser compreendida como as formas contemporâneas de eliminação de direitos associados ao trabalho (ABÍLIO,2017). Hoje após todas essas modificações revivemos a superexploração do trabalho vivida anteriormente pela Revolução Industrial. (ANTUNES, 2014 p.13). Dados de 2021 revelam que motoristas por aplicativo de Fortaleza trabalham mais de 70 horas por semana (CARREIRA,2021). Além disso, com os avanços neoliberais percebemos a fragilização do trabalhador diante desses novos mecanismos de trabalho. Tal precarização contribuem não apenas para o crescimento do desemprego de massa nas regiões metropolitanas, mas para a constituição do novo e precário mundo do trabalho adequado às novas condições da acumulação flexível. (ALVES, 2000 p.142). **Considerações finais:** A uberização é uma nova maneira da exploração da classe trabalhadora, regida pelos moldes neoliberais vem ganhando espaço na nossa sociedade. Os índices crescentes do desemprego resultam no aumento da informalidade e desigualdade social no país. O que acaba submetendo os trabalhadores às jornadas de trabalho exaustivas, sem direitos trabalhistas, sem vínculo empregatício sem perspectiva de um crescimento profissional. Com toda essas mudanças nas formas de trabalho percebemos o crescimento sem controle da submissão do trabalhador e da precarização do trabalho.

**Palavras-chave:** Trabalho. Precarização. Uberização.



## ENVELHECIMENTO E SAÚDE MENTAL NA PANDEMIA DE COVID-19

Claudiana Gabriela Lima de Souza<sup>1</sup>, Sâmea Moreira Mesquita Alves<sup>2</sup>, Patrícia Ribeiro Barros<sup>3</sup>, Rebeca Bezerra Silva<sup>4</sup>.

1 Autor principal : Discente do Curso de Serviço Social – Faculdade Rodolfo Teófilo

2 Co-autora: Docente do Curso de Serviço Social – Faculdade Rodolfo Teófilo

3 Co-autora: Discente do Curso de Serviço Social – Faculdade Rodolfo Teófilo

4 Co-autora: Discente do Curso de Serviço Social – Faculdade Rodolfo Teófilo

### RESUMO

**Introdução:** A população idosa no Brasil vem crescendo a cada ano, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017), o país manteve a tendência de envelhecimento dos últimos anos e ganhou 4,8 milhões de idosos desde 2012, superando a marca dos 30,2 milhões em 2017, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. No início do ano de 2019, um vírus altamente contagioso (COVID 19) se espalhou pelo mundo rapidamente. Atualmente, no Brasil, a população idosa é de aproximadamente 30 milhões de pessoas. Durante a pandemia a Organização Mundial da Saúde determinou a implementação de medidas de isolamento social para evitar a proliferação do vírus, inserindo pessoas idosas no grupo de risco devido à imunidades mais baixas, portanto, mais suscetíveis a desenvolver o quadro grave da doença, podendo evoluir ao óbito. Tais medidas afetaram também esse grupo, no sentido do desenvolvimento de ansiedade e depressão. **Objetivo:** Discutir sobre as implicações das medidas de isolamento causadas pela Covid 19, na saúde mental dos idosos. **Métodos:** Pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, realizada no período de fevereiro a maio de 2021. **Discussão e Resultados:** Relevante destacar aqui que o fator exclusão está presente na sociedade civil trazendo um caráter preconceituoso. Pois, “[...] o velho aparece aos indivíduos ativos como uma 'espécie estranha', na qual eles não se reconhecem”. (BEAUVOIR, 1990, p. 266). Assim, sociedade capitalista registra em suas marcas o culto a beleza e a juventude e vê o velho como alguém improdutivo, descartável. A falta de reconhecimento com a pessoa envelhecida exclui esse público do convívio com a sociedade, bem como das discussões de decisões sobre a comunidade qual pertence, inclusive, inviabilizando seus direitos. **Considerações finais:** O Serviço Social trabalha na defesa da concretização de princípios norteadores do SUS, tais como universalidade, integralidade e equidade. No que se refere ao atendimento e a defesa dos direitos da pessoa idosa, tem-se o direito à saúde integral. Faz-se necessário, maiores investimentos por parte do Poder Público também no campo de cuidado relacionado à saúde mental. Entretanto, não se pode negar aqui a relevância da parceira da sociedade civil, bem como do núcleo familiar. O comprometimento com as diretrizes do código de ética da profissão na defesa dos direitos humanos, e a inclusão da pessoa idosa nas discussões sobre seus direitos através da participação em conselhos e conferências, corresponde também a uma proposta que aponta para uma nova perspectiva para o segmento populacional aqui em destaque. A pessoa idosa precisa ser compreendida como sujeitos de direitos, portanto, deve ser protagonista na construção e defesa de uma velhice digna, bem como saudável.

**Palavras-chave:** Envelhecimento. Saúde Mental. Covid 19.

## GRAVIDEZ X DIREITOS

Beatriz Gomes da Silva<sup>1</sup> e Sâmea Moreira Mesquita Alves<sup>2</sup>.

1 Autor principal: Discente do Curso de Serviço Social – Faculdade Rodolfo Teófilo

2 Co-autora: Docente do Curso de Serviço Social – Faculdade Rodolfo Teófilo

### RESUMO

**Introdução:** Falar sobre gravidez implica também em refletir sobre direitos a este período específico inerente. O Código Civil corresponde a legislação que regula as relações de natureza privada. De acordo com art. Artigo 2º, do Código Civil de 2002, "A personalidade civil de uma pessoa começa no nascimento, mas a lei protege os direitos do nascituro desde a concepção". Todavia, tais garantias e até mesmo aplicabilidade não são tão simples quanto possa aparentar. Por meio de políticas públicas, o Brasil instituiu ações que visam promover o desenvolvimento fetal e garantir a paz a todas as gestantes durante a gestação e após o parto. As gestantes precisam de cuidados, e as crianças têm o direito de nascer e se desenvolver em um ambiente seguro. A gravidez é um momento emocionalmente vulnerável para a mulher, a qual requer apoio, compreensão e qualidade no atendimento a ela direcionado, tanto da rede pública e quanto privada. **Objetivo:** Conscientizar mulheres gestantes, bem como a sociedade civil sobre os direitos referente ao período de gestação. **Métodos:** Para realizar este trabalho utilizou-se as pesquisas dos tipos bibliográfica e documental, de natureza qualitativa. **Discussão e Resultados:** Muitas mulheres gestantes não tem conhecimento sobre os direitos que lhe asseguram, mas a partir do momento que é constatado que a mulher está grávida, lhe é assegurado vários direitos, contando em constituição federal e leis que as asseguram em termos trabalhistas. As gestantes são amparadas por leis compostas por direitos sociais, como fila prioritária, direitos trabalhistas como licença maternidade e direito à saúde para realização de exames de sangue, Papanicolau, urina etc. **Considerações finais:** Através desta pesquisa foi possível perceber a importância, bem como a necessidade de abordar temáticas que envolvam direitos e políticas públicas para o público aqui mencionado, uma vez que direitos precisam ser reafirmados constantemente, num cotidiano de luta e conhecimento. Compreendendo as dificuldades que as gestantes de nosso país enfrentam para garantir que seus direitos legalmente garantidos sejam implementados.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas. Mulheres. Direito.

## O CUIDADO EM SAÚDE DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA

Rebeca Bezerra Silva<sup>1</sup>, Duane Brasil Costa<sup>2</sup>, Claudiana Gabriela Lima de Souza<sup>3</sup> e  
Patrícia Ribeiro Barros<sup>4</sup>.

1 Autor principal: Discente do curso de Serviço Social – Faculdade Rodolfo Teófilo

2 Co-autoras: Docente do curso de Serviço Social – Faculdade Rodolfo Teófilo

3 Co-autoras: Discente do curso de Serviço Social – Faculdade Rodolfo Teófilo

4 Co-autoras: Discente do curso de Serviço Social – Faculdade Rodolfo Teófilo

### RESUMO

**Introdução:** O sistema capitalista potencializou o pauperismo e trouxe as diversas expressões da questão social, trazendo, portanto, sequelas e políticas públicas focalizadas e pontuais. A população em situação de rua é a categoria principal desta pesquisa, e é uma dessas sequelas deixadas pelo capitalismo, porém a respeito disso se pensa de uma forma ainda mais específica sobre a questão da mulher nessa dimensão da situação de rua. Com o enfoque na saúde da mulher, por conta disso foi feita uma pesquisa bibliográfica a respeito da mulher em situação de rua. Salienta-se que este resumo advém da pesquisa do TCC em construção desta pesquisadora. **Objetivo:** Compreender como é o cuidado em saúde das mulheres em situações de rua. **Métodos:** A pesquisa foi realizada com base na pesquisa bibliográfica que Segundo Gil (2008, p. 50) “Pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Foram utilizados de forma central pra discutir a categoria população em situação de rua o autor MATTOS, R. M, para discutir gênero a autora SILVEIRA. **Discussão e Resultados** De acordo com Silveira (2019) pode-se compreender que a democratização da saúde é uma luta do movimento feminista. Política nacional de Atenção integral à saúde da mulher que é uma política que visa promover a saúde da mulher e viabilizar direitos, é um resultado das lutas pela saúde da mulher, em paralelo a autora Alana (2019) em sua dissertação relata que as mulheres em situação de rua fazem uso dos equipamentos de saúde como as Unidades Básicas de Saúde (UBS), mais ainda não tem atendimento no consultório médico na rua em algumas cidades. **Considerações finais:** Diante do exposto se compreende que a população em situação de rua é uma sequela gerada pelo capitalismo que é importante pensar nas especificidades, que ela não é homogênea, pois uma dessas especificidades é o ser mulher. Então se pensou na situação da saúde da mulher que teve como resultado que a vulnerabilidade das mulheres em situação de rua, que fragiliza sua saúde em um todo, A vulnerabilidade social envolve a presença de questões sociais e econômicas que condicionam o processo saúde-doença (BRASIL, 2005). Visto a situação de rua em que se encontram essas mulheres, a falta de acesso aos equipamentos de saúde por causa do sistema capitalista, que gera políticas públicas em saúde fragmentada para essa população.

**Palavras-chave:** População em situação de rua. Vivência da mulher em situação de rua. Questão Social. Saúde da mulher.

## SAÚDE E VELHICE: CUIDAR SEMPRE SERÁ NECESSÁRIO!

Jéssica Teixeira de Sousa<sup>1</sup> e Sâmea Moreira Mesquita Alves<sup>2</sup>.

1 Autor principal: Egressa do curso de Serviço Social – Faculdade Rodolfo Teófilo

2 Co-autora: Docente do curso de Serviço Social – Faculdade Rodolfo Teófilo

### RESUMO

**Introdução:** O envelhecimento populacional Brasileiro elevou-se nos últimos anos, alcançando em 2020 um número de 29,9 milhões de pessoas idosas com 60 anos e mais. (LABORATÓRIO DE DEMOGRAFIA E ESTUDOS POPULACIONAIS, 2020). Este cenário deu-se pelos avanços na qualidade dos serviços de saúde prestados a população, assim como a criação de políticas públicas voltadas para cuidado e a proteção. No entanto, essas ações não são suficientes para atender as demandas desse grupo etário, visto que com esse crescimento emerge também novas necessidades que precisam ser atendidas. **Objetivo:** Debater sobre o cuidado à saúde da pessoa idosa, no contexto do SUS. **Métodos:** Como metodologia optou-se pela pesquisa do tipo bibliográfica, de natureza qualitativa, realizadas no período de setembro à dezembro de 2021. **Discussão e Resultados:** O envelhecimento populacional cresceu nos últimos anos no Brasil, podendo alcançar 72,4 milhões em 2100. (LABORATÓRIO DE DEMOGRAFIA E ESTUDOS POPULACIONAIS, 2020). No entanto, mesmo com essa elevação da expectativa de vida, envelhecer ainda é visto de forma negativa. Como diz a autora Beauvoir (2018), não é uma tarefa fácil estudar velhice, porque em cada sociedade a velhice é compreendida e vivenciada de forma diferente por causa de sua cultura e costumes. Essas diferenças refletem diretamente sobre o processo de envelhecimento de cada indivíduo, “sendo resultado de construções contextuais, dependendo do meio cultural, social e histórico em que o indivíduo elabora suas convicções” (BONATES, 2005, p.20). Diante disto, é possível refletir que não há uma forma de velhice única para todos. As autoras Barbosa e Farias (2019, p.8) trazem em suas discussões que “é imprescindível reconhecer que o envelhecimento não é igual para todos”, isso porque a pessoa que tem sua trajetória de vida construída num cenário de vulnerabilidade social, cercada pelas dificuldades de acesso aos serviços básicos para garantir a sua saúde e proteção, acaba sendo propício a vivenciar o envelhecimento de forma negativa, e sem qualidade de vida. Diferentemente daqueles que possuem melhores condições, inclusive financeira, de vivenciar a última fase da vida, ou seja, a velhice. Assim sendo, ressalta-se que, apenas, uma parcela mínima da população pode proporcionar uma velhice digna, compreendendo aqui seus direitos garantidos. **Considerações finais:** Através deste estudo, foi possível enfatizar que o cuidado à saúde deve ser relevante em todas as fases da vida, inclusive, durante o processo de envelhecimento, o qual também possui suas demandas específicas. Faz-se necessário destacar, refletir e agir sobre os déficits de políticas públicas para este público. Pois, embora tenha sido o segmento etário que mais cresceu em relação às demais faixas etárias no Brasil, ainda não desfrutam da aplicabilidade de seus direitos como deveriam, nem mesmo daqueles que já estão garantidos.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas. Saúde. Velhice.

## SAÚDE MENTAL E COVID-19: REFLEXÕES SOBRE OS IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL INFANTO-JUVENIL

Hélia Maria Sales Ferreira<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Autor principal: Centro Universitário Ateneu

### RESUMO

**Introdução:** A concepção ampliada de Saúde adotada pela Constituição Federal de 1988 compreende que os determinantes sociais relacionados a garantia dos direitos sociais bem como o nível de acesso a bens e serviços são essenciais para a promoção da saúde mental da população, visto que tanto a saúde quanto o adoecimento se dão através da interação de múltiplos fatores. (CFESS, 2010). Nesse sentido, o contexto vivenciado a nível global em razão do surgimento do novo coronavírus, bem como as medidas de distanciamento social, pode ser analisado como um fator determinante para a saúde mental, sobretudo de crianças e adolescentes. **Objetivo:** Refletir sobre os impactos da pandemia de Covid-19 na saúde mental de crianças e adolescentes. **Metodologia:** Consiste em um estudo de natureza qualitativa, do tipo exploratório, construído a partir de levantamento bibliográfico de artigos sobre o tema. **Discussão e Resultados:** As medidas de contenção adotadas durante a pandemia do Covid-19, tais como fechamento das escolas, dos serviços de saúde dentre outros podem ocasionar severos impactos na saúde-mental da população infanto-juvenil. (NEUMANN, *et al.*, 2021) O fechamento ou limitação dos serviços, compromete a prevenção e tratamento contínuo e ocasionam prejuízos na interação e socialização das crianças e adolescentes. Pesquisas apontam que crianças e adolescentes são mais tendenciosos a desenvolver transtornos psiquiátricos decorrentes de períodos pandêmicos, sendo que aqueles que já manifestavam algum tipo de sofrimento psíquico antes da pandemia podem sofrer pioras, apresentando transtornos de depressão, ansiedade e transtornos de estresse. (RIBEIRO, 2021) Dentre as modificações ocasionadas pelo distanciamento social na rotina das crianças foram observadas: redução de atividades físicas, maior exposição as telas e mídias digitais, prejuízo na qualidade da alimentação e do sono. (NEUMANN, *et al.*, 2021) Contraditoriamente com fechamento das escolas o ambiente doméstico manifesta-se como espaço de desproteção, tornando muitas crianças vulneráveis a diversos tipos de violações, como por exemplo a violência virtual e a violência intrafamiliar. Além das consequências provocadas pela alteração da rotina aspectos socioeconômicos como a situação de desemprego, instabilidade financeira dos pais e restrições no consumo e padrão de vida familiar pode interferir no estado emocional gerando sentimento de insegurança, ansiedade e medo. (NEUMANN, *et al.*, 2021) A crise capitalista acentuada pela crise sanitária ao impactar a vida dos cuidadores passa a interferir de forma expressiva na realidade das crianças e adolescentes que vivenciam um contexto de maior instabilidade e incertezas. Para famílias em situação de pobreza os desdobramentos são mais complexos, pois a satisfação das necessidades básicas se sobrepõe a necessidade de isolar-se. (LIMA, 2020) Desse modo, as expressões da Questão Social se intensificam e acentuam as desigualdades sociais. **Considerações finais:** É imprescindível o desenvolvimento de estratégias e ações de articulação entre os profissionais da rede de proteção para lidar com os efeitos da pandemia, bem como o

fortalecimento de políticas públicas de saúde mental e intersetoriais voltadas para o público infanto-juvenil, além de mais estudos sobre a temática.

**Palavras-chave:** Covid-19. Saúde mental. Crianças e adolescentes.



## **TECNOLOGIAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL: SENTIDO, RUMOS E DESAFIOS PARA A PROFISSÃO EM PERÍODO PÓS PANDÊMICO.**

Lucileila de Sousa Cardoso Almeida<sup>1</sup>, Daniele Ribeiro Alves<sup>2</sup>, Joana Darc Matias do Prado Teles<sup>3</sup>, Maria da Conceição Reis Silva<sup>4</sup>, Sâmea Moreira Mesquita Alves<sup>5</sup>.

1 Autor principal: Docente do curso de Serviço Social – Faculdade Rodolfo Teófilo

2 Co-autora: Docente do Curso de Serviço Social- Faculdade Rodolfo Teófilo

3 Co-autora: Docente do Curso de Serviço Social- Faculdade Rodolfo Teófilo

4 Co-autora: Docente do Curso de Serviço Social- Faculdade Rodolfo Teófilo

5 Co-autora: Docente do Curso de Serviço Social- Faculdade Rodolfo Teófilo

### **RESUMO:**

**Introdução:** O Contexto Pos pandêmico Covid-19 aponta desafios ao Serviço Social uma vez que é a profissão que trabalha no enfrentamento as expressões da Questão Social a partir das polítias sociais e públicas. Nesse sentido, o crescimento da pobreza e do desemprego, transtornos relativo a saúde mental, efeitos do isolamento social e perdas (econômicas e afetivas), mudanças no processo e ambiente de trabalho acentuadas pelo aprofundamento da crise do capitalismo demanda uma intervenção social, requerem dos profissionais o conhecimento em tecnologias de informação, comunicação e sociais evidenciando eficiência, eficácia e efetividade nos resultados de seu exercício profissional. Assim, compreender o sentido da profissão, rumos e desafios em prol das Tecnologias Sociais em tempo de pos pandemia no Brasil, é o nosso **objetivo central**. Especificamente: destacar conceitos de Tecnologias Sociais e relação com Serviço Social; pesquisar tendências e desafios de Assistentes Sociais que trabalham com Tecnologias Sociais. Para isso, a **metodologia** adotada para pesquisa é qualitativa e de campo utilizando as redes sociais (Whatsapp) como forma de contato de 05 profissionais encontrados no Linkeind com a atuação em Tecnologias Sociais. A técnica utilizada é de questionário a partir da elaboração e coleta de informações pelo Google forms. O tipo de análise escolhida é a compreenssiva, a partir da escolha de categorias mais mencionadas como respostas de pesquisa. Ainda em fase de aplicação esperamos como **resultados** a percepção dos profissionais a respeito do “sentido do Serviço Social pós Pandemia”, apontado os rumos para a profissão. **Consideramos** que as tecnologias sociais é um potencial tanto para a ampliação de espaços sociocupacionais, bem como de investimentos financeiros e de interesse científicos para a profissão.

**Palavras-chave:** Tecnologias Sociais. Serviço Social. Questão Social. Desafios Pós Pandêmico.

## EIXO TEMÁTICO: GÊNERO, RAÇA/ETNIA, GERAÇÕES E SEXUALIDADES

### **A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER DURANTE A PANDEMIA COVID-19: UMA QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA**

Daniele Ribeiro Alves<sup>1</sup>, Socorro Letícia Fernandes Peixoto<sup>2</sup>, Juliana Lustosa Jucá<sup>3</sup>.

1 Autor principal: Docente do curso de Serviço Social – Faculdade Rodolfo Teófilo.

2 Co-autora: Docente do curso de Serviço Social – Faculdade Rodolfo Teófilo.

3 Co-autora: Docente do curso de Serviço Social – Faculdade Rodolfo Teófilo.

#### **RESUMO**

**Introdução:** A violência contra a mulher baseia-se nas relações hierárquicas e desiguais de gênero. Apesar de vários avanços na luta no que se refere a tal fenômeno, como a Lei nº 11.430, conhecida como Lei Maria da Penha, essa prática ainda é presente no cotidiano de várias mulheres. Estudos internacionais, como das Organizações das Nações Unidas – ONU Mulher vêm alertando que a pandemia COVID-19 agudizou a violência contra mulheres, com alerta para os marcadores de classe social, raça e etnia. Isso, no entanto, é gerador de repercussões drásticas na saúde feminina. **Objetivo geral:** discutir a violência doméstica contra a mulher durante a pandemia COVID-19. Quanto aos **objetivos específicos:** identificar as consequências desse fenômeno na saúde da mulher; refletir sobre a saúde da mulher atravessada pela desigualdade de gênero e entender as políticas públicas para o enfrentamento da violência contra a mulher. Para isso, a **metodologia** adotada para pesquisa é qualitativa, a partir de análise documental (FREHSE, 2005) sobre o assunto em questão, com reflexão dos dados e estudos da violência contra a mulher na pandemia no Ceará, conforme Grossi (1994) e Frota et al (2020). Assim, os **resultados e discussões** são: a central de atendimento do Governo Federal, o Disque 180, registrou um aumento de quase 10% no número de ligações e 18% nas denúncias de violência, nas duas primeiras semanas da quarentena. Além disso, dados fornecidos pela Defensoria Pública do Estado do Ceará são reveladores deste fenômeno, pois 90% dos casos de violência doméstica no Ceará, aconteceram no âmbito doméstico, na casa da vítima, durante a pandemia. Elas foram agredidas por cônjuge, companheiro, ex-companheiros ou ex-namorados. **Consideramos** que a pandemia deixou as mulheres mais vulneráveis, em especial, sua saúde física, mental, sexual, sendo, importante, contudo, o acolhimento humanizado nos serviços de saúde, desmistificando o “discurso da sexualidade apenas voltada para os direitos reprodutivos”, mas incluindo também os determinantes sociais da saúde, atravessado pelas questões de gênero.

**Palavras-chave:** Gênero. Violência contra a Mulher. Saúde da Mulher. Pandemia COVID-19.



## AS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA E O COMBATE AO PRECONCEITO EM UMA IES PRIVADA.

Maria da Conceição Reis Silva<sup>1</sup>, Daniele Ribeiro Alves<sup>2</sup>, Joana Darc Matias do Prado Teles<sup>3</sup>, Lucileila de Sousa Cardoso Almeida<sup>4</sup> e Sâmea Moreira Mesquita Alves<sup>5</sup>.

1 Autor principal: Docente do Curso de Serviço Social - Faculdade Rodolfo Teófilo

2 Co-autora: Docente do Curso de Serviço Social - Faculdade Rodolfo Teófilo

3 Co-autora: Docente do Curso de Serviço Social - Faculdade Rodolfo Teófilo

4 Co-autora: Docente do Curso de Serviço Social - Faculdade Rodolfo Teófilo

5 Co-autora: Docente do Curso de Serviço Social - Faculdade Rodolfo Teófilo

### RESUMO

**INTRODUÇÃO:** O preconceito contra religiões de matriz africana está na estrutura da sociedade brasileira, e isso é resquício do racismo que está enraizado nessa mesma estrutura. Pensando nessa questão, este resumo visa tratar do tema como necessário para que se haja ao menos o mínimo de respeito por essas religiões que trazem em seu bojo uma ancestralidade africana e o sincretismo, duas das questões mais presentes nas religiões que descendem dos ex escravizados, povo que foi sequestrado de sua terra de origem e, que além da força de trabalho, trouxe consigo suas crenças, seus rituais e sua identidade. Sendo assim, o **OBJETIVO GERAL** deste relato é compreender as religiões de matriz africana e buscar o combate ao preconceito que permeia essa crença em uma IES privada. Os **OBJETIVOS ESPECÍFICOS** são: conhecer as religiões de matriz africana, respeitar os cultos afrodescendentes e combater o preconceito e a discriminação. Na **METODOLOGIA** recorreu-se a pesquisa bibliográfica e relato de experiência das visitas de pais e mães de santo, além de adeptos dessas religiões a uma IES privada para discorrer sobre o tema. Assim, os **RESULTADOS E DISCUSSÃO** consideraram que através das falas dos visitantes que narraram suas experiências dentro do Candomblé e Umbanda, percebeu-se, um desconhecimento geral acerca dos seus ritos pela comunidade acadêmica que compreendia, através desse total não conhecimento, que essas religiões são demoníacas, principalmente, já que cultuam os orixás, caboclos entre outros personagens e os elementos da natureza. Percebeu-se ainda, que nos dias atuais, algumas denominações ditas cristãs são as que mais incentivam a intolerância contra as religiões de matriz africana, segundo SILVA (2077, pág. 11) “o panteão afro-brasileiro é especialmente alvo deste ataque, sobretudo a categoria ou linha de Exu, que é associada inicialmente ao diabo cristão”. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Considerou-se, através deste estudo, que o conhecimento, ou a falta dele, são essenciais para a perpetuação da intolerância contra as religiões de matriz africana e que a iniciativa de se levar pessoas que possuem lugar de fala dentro desse contexto, é essencial para que se desmistifique o que foi mistificado acerca dos rituais e, que haja a não discriminação, o não preconceito e a não intolerância religiosa e que, esses elementos que são nocivos à boa convivência com a diversidade, sejam arrancados pela raiz, para que se desestruture o que já está estruturado.

**Palavras-chave:** Religiões de matriz africana. Preconceito. Ancestralidade. IES privada.

## **CUIDADOS PALIATIVOS: ACOLHENDO O ENVELHECIMENTO**

Sâmea Moreira Mesquita Alves<sup>1</sup>, Daniele Ribeiro Alves<sup>2</sup>, Joana Darc Matias do Prado Teles<sup>3</sup>, Lucileila de Sousa Cardoso Almeida<sup>4</sup> e Maria da Conceição Reis Silva<sup>5</sup>.

1 Autor principal: Docente do curso de Serviço Social – Faculdade Rodolfo Teófilo.

2 Co-autora: Docente do curso de Serviço Social – Faculdade Rodolfo Teófilo.

3 Co-autora: Docente do curso de Serviço Social – Faculdade Rodolfo Teófilo.

4 Co-autora: Docente do curso de Serviço Social – Faculdade Rodolfo Teófilo.

5 Co-autora: Docente do curso de Serviço Social – Faculdade Rodolfo Teófilo.

### **RESUMO**

**Introdução:** Os Cuidados Paliativos (CP) correspondem a um direito humano e de saúde. No cenário contemporâneo, ainda é possível perceber um silêncio profundo diante de algumas temáticas abordadas, dentre estas destacam-se os CP, a velhice e a morte. A vida é breve e precisa de valor, sentido e significado. Assim, o tema morte propõe a sociedade civil, ao núcleo familiar, bem como aos profissionais de saúde a oportunidade de buscar um “novo olhar” para a vida. Convém ressaltar que, em abordagem paliativa de equipe multiprofissional exige-se, além do profissionalismo, fatores tais como: amor, cuidado e acolhimento. As intervenções podem ser realizadas em unidade hospitalar, no domicílio do paciente ou num ambiente intermediário. **Objetivo:** Debater sobre os desafios enfrentados pelo público longevo, na política pública de cuidados paliativos. **Métodos:** o presente estudo pauta-se pela pesquisa do tipo bibliográfica, de natureza qualitativa, realizadas no período de janeiro a maio de 2022. **Discussão e Resultados:** Conforme Arantes (2019), um dos princípios dos cuidados paliativos é promover a abordagem multiprofissional para focar nas necessidades dos pacientes e de seus familiares, incluindo acompanhamento no luto. Convém ressaltar que os cuidados paliativos surgiram como uma filosofia humanitária de cuidar de pacientes sem possibilidades terapêuticas de cura. “Cuidados Paliativos são indicados para todos os pacientes (e familiares) com doença ameaçadora da continuidade da vida por qualquer diagnóstico, seja qual for a idade, e a qualquer momento da doença em que eles tenham expectativas ou necessidades não atendidas (SBGG, 2016, p. 15)”. Segundo a Organização Mundial de Saúde (2002), os cuidados paliativos versam na assistência proposta por uma equipe multidisciplinar, que objetiva a melhoria da qualidade de vida do paciente e seus familiares, ante de uma doença que ameaça a vida, por meio da prevenção e alívio do sofrimento, do discernimento prévio, avaliação impecável e tratamento de dor e demais sintomas, a saber: físicos, sociais, psicológicos e espirituais. E, a quem se destinam os CP? Estes são direcionados a pessoas que tenham diagnóstico de doença grave, evolutiva e com alto potencial de sofrimento. Exemplos: câncer, AIDS, Alzheimer, Parkinson, Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC), insuficiência cardíaca. **Considerações finais:** Através deste estudo, foi possível perceber que refletir sobre cuidados paliativos, muitas vezes, traz imediatamente, a ideia de paciente terminal, o qual está morrendo e “não há mais o que se fazer por ela”. É importante e imperativo desmistificar tal conceito, tanto para família quanto para a sociedade civil, poder público e profissionais de saúde que compõem a equipe multiprofissional de cuidados e atendimento ao “paciente paliativo”. A atenção e os cuidados destinados à saúde devem ser relevantes em todas as etapas da vida, inclusive, durante o processo de envelhecimento, o qual apresenta demandas específicas. Faz-se necessário destacar, refletir e agir sobre os déficits de políticas públicas para este público, uma vez que não gozam (como deveriam)

da aplicabilidade de seus direitos, no contexto de uma sociedade capitalista, portanto, preconceituosa e excludente. CP consiste, portanto, em tratar e cuidar do/a paciente e seus familiares!

**Palavras-chave:** Políticas Públicas. Saúde. Cuidados Paliativos. Velhice.

## GÊNERO E ETNIA: EXPRESSÕES DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NA CULTURA INDÍGENA

Maria Lucielma Barbosa Vieira<sup>1</sup> e Henriette dos Santos Teixeira<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Autor principal : Universidade Estadual do Ceará.

<sup>2</sup> Co-autores: Universidade Estadual do Ceará.

### RESUMO

**Introdução:** Têm se consolidado, gradativamente, reflexões e questionamentos acerca da condição de ser mulher numa sociedade em que o patriarcado - cuja essência consiste em subalternizar e oprimir as ideias, a fala, a própria atuação econômica e social da mulher - impera nas relações sociais. No entanto, faz-se imprescindível ampliar e avançar nas discussões, a fim de transpor os espaços institucionais, atingir o cotidiano, e assim, concretizar atitudes que transformem essas relações que naturalizam a dominação e exploração impingida à mulher, bem como sua inferiorização. Atualmente, podemos observar diversas vertentes de análise sobre gênero, todavia, devemos estar atentos/as à historicidade que atravessa essa discussão, cuja complexa rede de características não pode ser pressuposta, mas descoberta. Esse fato evoca a necessidade de examinar os contextos específicos vivenciados pelas mulheres, reconhecendo as diferenças para permitir identificar as semelhanças. Destacamos, pois, a expressão do universo feminino na cultura indígena, por sua vez, marcada pela ancestralidade, oralidade, protagonismo, resistência e empoderamento. **Objetivo:** O presente estudo tenciona analisar como têm se configurado as discussões sobre gênero e relações de gênero, a partir do contexto vivenciado pelas mulheres indígenas. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo bibliográfica e documental, realizada no período de janeiro a maio de 2022. **Discussão/Resultados:** No que diz respeito a gênero, relações de gênero e povos indígenas, convém salientar que o entendimento das configurações do feminino e masculino na cultura indígena, foi acompanhado por mudanças oriundas da imposição de um sistema moral e político que impregnou nos seus costumes e tradições, e em geral, alterou radicalmente suas vivências de gênero e de etnia. Desse modo, houve um reposicionamento do homem e da mulher indígena na organização e desenvolvimento das comunidades. Conforme Lugones (2019), o termo colonialidade objetiva complexificar o entendimento sobre gênero e relações de poder para além do contexto sexual. Ressalta em suas concepções, que gênero é uma oposição colonial que se faz contemporânea nas relações sociais através da intersecção gênero/classe/raça. Alguns fatores podem ser elencados como motivadores desse processo, quais sejam: a) promoção dos direitos indígenas; b) acesso a educação formal; c) casamento interétnico; c) atuação feminina no espaço público e privado e no movimento indígena; d) novas práticas econômicas e participação dos povos indígenas em projetos de políticas públicas; e) novas violências; f) migração indígena aos centros urbanos (SACCHI; GRAMKOW, 2012). **Considerações finais:** As mulheres indígenas têm se apropriado da discussão sobre gênero e construído uma agenda de demandas que articulam as reivindicações coletivas de autodeterminação de seus povos e seus direitos como mulheres; sempre na direção de valorizar as tradições culturais e étnicas na pluralidade de seus contextos. Fazendo frente a um quadro de invisibilidade da mulher indígena em que esta é vinculada apenas às atividades domésticas, afetando a sua experiência social implícita de desvalorização, esse movimento tem fortalecido a identidade de mulher indígena na investida contra a tripla discriminação que elas vivenciam causada por sua raça/etnia, por ser mulher e, via de regra, pela sua condição de pobreza.

**Palavras-chave:** Gênero. Relações de Gênero. Mulheres Indígenas. Empoderamento.

## **IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS: IMPLICAÇÕES SOCIOAFETIVAS GERADAS PELA PANDEMIA COVID-19, NO RESIDENCIAL SANTA TEREZINHA.**

Ivonise Rodrigues Marques <sup>1</sup>, Sâmea Moreira Mesquita Alves <sup>2</sup> e Ana Laura Sales Santos<sup>3</sup>

1 Autor principal: Residencial Aconchego Santa Terezinha

2, Co-Autora: Docente do curso de Serviço Social – Faculdade Rodolfo Teófilo

3 Co-autora: Discente do Curso de Serviço Social- Faculdade Rodolfo Teófilo

### **RESUMO**

**Introdução:** A pandemia da COVID-19, fragilizou os vínculos socioafetivos pois as medidas de proteção a doença mudaram o cotidiano e o estilo de vida da população, com isso os vínculos familiares foram fragilizados afetando as relações pessoais e sociais, onde foi necessário readaptar um novo modo de interação, incluindo meios virtuais entre residentes do Lar Santa Terezinha e seus familiares. **Objetivo:** Estimular a reaproximação do contato familiar das idosas institucionalizadas. **Método:** O presente estudo corresponde a um relato de experiência ocorrido em 2021, incluindo aqui pesquisa bibliográfica e de natureza qualitativa. **Discussão e resultados:** Segundo Marques, Souza (2022,p.128,129), “o impacto da ausência da família e da comunidade trouxe vários prejuízos à saúde mental, percebendo-se tristeza, estados depressivos, inapetência e falta de ânimo”. Nesse contexto, foi necessária uma intervenção profissional reinventada, com novas atividades, incluindo a visita virtual (realizada através do tablet, o qual chegou por meio do projeto de desenvolvimento pelo banco Itaú ( projeto retomar-todos pela saúde e Itaú viver mais), que se tornou-se grande parceiro neste primeiro momento, suprindo a instituição aqui mencionada com insumos necessários para vencermos este desafio, pois a crise financeira ocorreu de forma geral, bem como devastadora. Através de vídeo chamadas virtuais agendadas tem como reinserimos os familiares na rotina institucional das idosas, enviando fotos das residentes, relatórios circunstanciados, assim reaproximando as famílias do cotidiano das idosas institucionalizadas. Durante a pandemia, ocorreu queda de 70% das doações, as quais forneciam subsídios de modo pontual e sistemático para suprir as necessidades do residencial em menção. É válido frisar que o Estatuto do Idoso, Lei 10.741 de outubro de 2003, visa a garantia dos direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos (art. 1.º). Para tanto, aborda questões familiares, de saúde, discriminação e violência contra a pessoa idosa, resguardando-as. **Considerações finais:** O residencial aconchego Santa Terezinha existe há doze anos. A nossa experiência no enfrentamento à pandemia foi marcante, desenvolvendo sentimentos frente ao desconhecido e à gravidade da situação pandêmica. A reação foi de insegurança, angústia, medo, permeados de incertezas, tudo isso estava aliado ao compromisso e competência da equipe multiprofissional, e em destaque aqui à profissional de Serviço Social que atua com o público longevo, haja vista ser a velhice uma das expressões da questão social, objeto de trabalho cotidiano do/a Assistente Social. Em 2022, seguimos com a vida de todas as residentes preservadas, bem como formas de trabalho repensadas, intervindo também junto aos vínculos familiares destas idosas.

**Palavras-chave:** Velhice institucionalizada. Distanciamento social. COVID-19. Família. Fortalecimento de vínculos.

## **MATERNIDADES EM CONTEXTOS INTERGERACIONAIS DE POBREZA: OS LUGARES DAS AVÓS**

Socorro Letícia Fernandes Peixoto<sup>1</sup>, Antônio Cristian Saraiva Paiva<sup>2</sup>, Daniele Alves Ribeiro<sup>3</sup> e Juliana Lustosa Jucá<sup>4</sup>.

1 Autor principal: Docente do Curso de Serviço Social - Faculdade Rodolfo Teófilo.

2 Co-Autor: Docente do Curso de Serviço Social – Universidade Federal do Ceará.

3 Co-Autora: Docente do Curso de Serviço Social – Faculdade Rodolfo Teófilo.

4 Co-Autora: Docente do Curso de Serviço Social – Faculdade Rodolfo Teófilo

### **RESUMO**

**Introdução:** As relações de gênero ao se estruturarem historicamente sob distintas e desiguais formas de poder atribuem às mulheres atividades de cuidado doméstico e familiar. As redes femininas de solidariedades intergeracionais são importantes suportes para dar conta de tarefas vinculadas ao exercício da maternidade. Nesse cenário, sobretudo nas camadas populares, as mulheres avós têm se responsabilizado pelos cuidados materiais e afetivos dos netos. **Objetivo** Refletir sobre os lugares ocupados pelas mulheres avós, em famílias pobres, dada as vivências de “maternidades” desenvolvidas por elas. Portanto, a **metodologia** pautou-se em pesquisa qualitativa, através de achados da tese de doutorado de Peixoto (2019), tendo como referência abordagens biográficas, através de incursões etnográficas em campo. As informações obtidas contaram com referencial bibliográfico e documental. Dentre **discussões e resultados** destacamos: A discussão conceitual tem como referência as interseccionalidades de gênero; geração e pobreza, dada às práticas sociais femininas serem desenvolvidas mediante esquemas, ora de permanência aos contornos tradicionais e culturais de gênero, em que as atividades vinculadas ao universo doméstico e à maternidade acentuam as desigualdades sociais, ora de rupturas as ordens hierárquicas de aprovação de uma maternidade abnegada. Nesse intercurso, as mulheres avós pertencentes às famílias pobres têm aparecido como personagens importantes na trama das redes intergeracionais femininas. Essas mulheres são suportes tanto para suprir as carências financeiras dos filhos, para desenvolver cuidados materiais e afetivos com os netos, sendo inclusive responsabilizadas pelo Estado para dar conta dessas funções, sobretudo na ausência da responsabilidade dos adultos, pais e mães das crianças. Sabemos ainda que, historicamente, foi delegada a responsabilidade à família, os problemas da esfera da produção e da reprodução social (MIOTO, 2010). **Consideramos** que essas mulheres avós carregam as marcas da falta, sobretudo, de bens materiais e de políticas públicas eficazes, no entanto são protagonistas de suas vidas, ao romperem com algumas moralidades, reposicionando-se no contexto familiar e social.

**Palavras-chave:** Gênero. Geração. Pobreza.



## MULHERES TRANS E SEUS DESAFIOS: RELATOS DE VIDA EM UMA IES DE FORTALEZA-CE.

Maria da Conceição Reis Silva<sup>1</sup>, Daniele Ribeiro Alves<sup>2</sup>, Joana Darc Matias do Prado Teles<sup>3</sup>, Lucileila de Sousa Cardoso Almeida<sup>4</sup> e Sâmea Moreira Mesquita Alves<sup>5</sup>.

1 Autor principal: Docente do Curso de Serviço Social - Faculdade Rodolfo Teófilo

2, Co-Autora: Docente do Curso de Serviço Social - Faculdade Rodolfo Teófilo

3 Co-Autora: Docente do Curso de Serviço Social - Faculdade Rodolfo Teófilo

4 Co-Autora: Docente do Curso de Serviço Social - Faculdade Rodolfo Teófilo

5 Co-Autora: Docente do Curso de Serviço Social - Faculdade Rodolfo Teófilo

### RESUMO

**INTRODUÇÃO:** As questões de gênero, atualmente são bastante discutidas na sociedade brasileira. As mulheres a cada dia buscam direitos que lhes foram negados durante anos, trazendo uma naturalidade quando se trata de qualquer atividade que seja ligada a inferioridade feminina. Às mulheres, durante muito tempo, foram relegados ofícios considerados especificamente femininos, tais como cuidar do lar, dos filhos, dentre outros. Mulheres CIS sofrem preconceito e discriminação numa sociedade patriarcal que as colocam como seres inferiorizados e que precisam da “proteção” masculina, não sendo capazes de realizar determinadas tarefas e, para piorar, são sexualizadas constantemente. Nesse contexto, há uma parcela de mulheres que não nasceram com a sua biologia característica feminina, mas que se identificam como mulheres, que tem em sua identidade o gênero feminino, são as mulheres trans que, além de sofrerem preconceito por serem mulheres, ainda sofrem com a discriminação por serem transgênero. Ser uma mulher trans no Brasil é um grande desafio. Sendo assim, o **OBJETIVO GERAL** deste relato é compreender os desafios que as mulheres trans enfrentam em sua trajetória de vida. Os **OBJETIVOS ESPECÍFICOS** são: conhecer as diferenças e similaridades entre mulheres CIS e mulheres trans e relatar o preconceito e a discriminação sofrida por essa parcela da população. Na **METODOLOGIA** recorreu-se à pesquisa bibliográfica e relato de experiência das visitas de mulheres trans que relataram suas experiências em palestras presenciais e conversas virtuais acerca do tema em uma IES privada. Assim, os **RESULTADOS E DISCUSSÃO** consideraram que essas mulheres trans sofrem preconceito e discriminação não apenas por serem mulheres, mas por serem transgênero, algumas tiveram apoio e compreensão familiar, mas a grande maioria é expulsa de casa por conta da sua orientação sexual e da sua identidade de gênero, sendo conduzidas às ruas e, para sobreviver, muitas vezes precisam se prostituir. Essa exclusão social acarreta nessas mulheres danos permanentes em sua saúde física e mental, segundo (SANTANA *et.al* 2022) “A violência de gênero perpetrada contra as mulheres trans ampara-se no comportamento feminino e na expressão da identidade dessa mulher, perpassando os campos psicológico, verbal, físico, econômico, sexual, familiar e laboral, com agravamento do contexto de exclusão e estigma” **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Considerou-se, através deste relato, que a estrutura patriarcal que ainda assola a sociedade brasileira, permite que mulheres (CIS ou trans) ainda sejam consideradas seres inferiores, fracas e, por conta disso sofram mais violência. Considerou-se ainda, que apenas com muito conhecimento e empatia, além de uma boa dose de compreensão, a sociedade poderá perceber a força e a obstinação dessas mulheres.

**Palavras-chave:** Mulheres trans. Preconceito. Patriarcado. IES privada.

## REFLEXOES DA VELHICE NA FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA

Francisca Beatriz Soares da Silva<sup>1</sup> e Sâmea Moreira Mesquita Alves<sup>2</sup>

1 Autor principal: Discente do Curso de Serviço Social - Faculdade de Tecnologia do Nordeste

2, Co-Autora: Docente do Curso de Serviço Social - Faculdade de Tecnologia do Nordeste

### RESUMO

**Introdução:** O segmento populacional referente à pessoa idosa vem crescendo de modo acelerado, tanto no Brasil quanto no mundo. Como mostra uma pesquisa realizada no período de 2012 e 2017 pela Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD), revela que a população vem mantendo um alto nível de envelhecimento nos últimos anos, de acordo com a pesquisa houve um acréscimo de 4,8 milhões de idosos desde 2012 a 2017. Nota-se, portanto, que esse grupo etário tem se tornado cada vez mais representativo no Brasil. Vale ressaltar que diante deste contexto, está também a atual conjuntura familiar contemporânea caracterizada pela redução de seus membros. Tal situação implica também nas formas de cuidar da pessoa idosa, no que se refere ao interior dos núcleos familiares, nos dias atuais. Diante desse processo de mudanças na estrutura familiar e o crescimento da população longeva, surgem fatores que precisam ser constantemente debatidos, tais como: o perfil desses sujeitos, contemplando sua situação econômica e social. Tais aspectos implicarão significativamente no modo de viver de cada sujeito, em alguns casos tendo a pessoa idosa que se adaptar a viver em outros ambientes, como, por exemplo, as instituições de longa permanência (ILPIs). O presente artigo tem como objetivo refletir sobre o processo envelhecimento no âmbito familiar, contexto da contemporaneidade. O presente estudo possui natureza qualitativa e utilizou as pesquisas dos tipos bibliográfica e documental, realizadas no período de março à maio de 2021. Para tal, foram utilizadas contribuições dos seguintes autores: Faleiros (2016), Minayo (2006), Alcântara (2009), Beauvoir (1990). Através desses autores foi possível verificar como o envelhecer na sociedade contemporânea continua sendo um desafio, visto que a família também sofre com alterações diversas, as quais trazem impactos diretamente no cuidado de cotidiano de seus idosos. Fato este que surge acompanhado de preocupações de ordem diversas para familiares, sociedade civil, profissionais de áreas diversas, bem como para o Poder Público, no sentido que seja garantido a este público um processo de envelhecimento digno e com qualidade.

**Palavras-chave:** Velhice. Família. Cuidado.



## EIXO TEMÁTICO: POVOS INDÍGENAS, COMUNIDADES TRADICIONAIS E QUILOMBOLAS

### **RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O DOCUMENTÁRIO PINTANDO A INFÂNCIA INDÍGENA**

Livia Maria Rodrigues Cordeiro<sup>1</sup>, Jamile Barroso Braga<sup>2</sup>, Francisca Claudiane da Rocha<sup>3</sup>, Duane Brasil Costa<sup>4</sup>.

1 Autor principal: Discente do Curso de Serviço Social - Faculdade Rodolfo Teófilo

2 Co-Autora: Discente do Curso de Serviço Social - Faculdade Rodolfo Teófilo

3 Co-Autora: Discente do Curso de Serviço Social - Faculdade Rodolfo Teófilo

4 Co-Autora: Docente do Curso de Serviço Social - Faculdade Rodolfo Teófilo

#### **RESUMO**

**Introdução:** Este resumo expandido foi construído a partir das atividades realizadas na disciplina de práticas interdisciplinares em outubro e novembro de 2021 e se baseia no relato de experiência da criação do documentário que foi idealizado através de visitas em campo na Escola Indígena, Marcelino Alves de Matos, aldeia Tapeba, Sobradinho. Portanto, foi preciso o estudo de conceitos teóricos da infância (Philippe Ariés 1981) de competência a estudos infantil e social, que abordam contextos históricos do surgimento ao sentimento de ser criança. Posteriormente foi feita a sistematização do estudo, desenvolvendo a análise em classe raça e gênero como fundamentação para a pesquisa, suscitando o contexto sociocultural, educacional, e os impactos da pandemia covid 19 para a aldeia, com **Objetivo:** Construir um documentário **intitulado** Pintando a Infância na Pandemia, Escola Indígena Marcelino Alves de Matos, aldeia Tapeba, Sobradinho. **Métodos:** No primeiro momento foi realizado pesquisas bibliográficas de leitura e estudos do livro de Philippe Ariés(1981),e Irene Rizzini(1997) com análise documental através do estatuto da criança e adolescente(lei 8.069/90),No segundo momento foi realizado pesquisas de campo durante dois meses para realização de entrevistas com professor, coordenador, secretária escolar, agente de saúde e responsáveis no qual foi coletado os dados e as falas para a construção do documentário. **Discussão e Resultados:** Consideramos que a escola a comunidade e as crianças obtiveram impactos referente ao novo modelo de ensino a distância realizados por meio de atividades impressas, resultando na alteração da sociabilidade infantil, de maneira que o lazer a cultura , alimentação e educação foram regressados ,haja vista o fato da vulnerabilidade social na aldeia se agravar com a pandemia covid-19, alterando a finalidade da escola como lugar de acolhida e resistência para os povos indígenas. **Considerações finais:** A partir do ensaio reflexivo do relato de experiência, cabe analisar que as refrações da questão social foram aprofundadas mediante a pandemia covid 19, formando mudanças no ambiente cultural e educacional dentre a preservação desses espaços para a comunidade e para as crianças, tendo em conta a medida do distanciamento social que resultou no cisar das relações sociais. Também é necessário considerar que a insegurança alimentar assim como o modelo educacional foram focalizados para respostas de medidas imediatas em detrimento da pandemia. Vale ressaltar que a escola Marcelino Alves de Matos foi conquistada pelos povos indígenas por meio de muita luta, para projetar um modelo educacional e cultural

diferenciado com objetivo de resguardar e preservar a cultura indígena, assim como seu povo e sua terra.

**Palavras-chave:** Indígena. Infância. Educação. Pandemia.

## **EIXO TEMÁTICO: SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

### **A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

Joana Darc Matias Prado Teles<sup>1</sup>, Daniele Ribeiro Alves<sup>2</sup>, Lucileila de Sousa Cardoso Almeida<sup>3</sup>, Maria da Conceição Reis Silva<sup>4</sup>, Sâmea Moreira Mesquita Alves<sup>5</sup>.

1 Autor principal: Docente do curso de Serviço Social – Faculdade Rodolfo Teófilo.

2. Co-Autora: Docente do curso de Serviço Social – Faculdade Rodolfo Teófilo.

3. Co-Autora: Docente do curso de Serviço Social – Faculdade Rodolfo Teófilo.

4. Co-Autora: Docente do curso de Serviço Social – Faculdade Rodolfo Teófilo.

5. Co-Autora: Docente do curso de Serviço Social – Faculdade Rodolfo Teófilo

#### **RESUMO**

**Introdução:** A Extensão Universitária, junto com o Ensino e a Pesquisa, busca primar pela formação de profissionais capazes de interagir e contribuir para a transformação social, assim, a Extensão Universitária é um espaço de integração da Instituição de Ensino Superior (IES) e a comunidade externa, no qual o conhecimento pode ser produzido de forma dialógica, valorizando os saberes da comunidade e integrando-os aos conhecimentos científicos, objetivando a transformação social. Desta forma, este trabalho tem como principal **objetivo** trazer algumas reflexões sobre a Extensão Universitária, enquanto espaço de formação acadêmica e aprendizagem profissional no contexto da Educação Superior brasileira na atualidade. No que se refere a **metodologia**, o estudo possui natureza qualitativa, adota a revisão bibliográfica e relato de experiência como assessora de extensão no decorrer dos últimos 5 anos. **Discussão/Resultados:** É essencial que a Extensão Universitária esteja diretamente relacionada ao ensino e a pesquisa, bem como em consonância com os projetos político-pedagógicos dos cursos de graduação ofertados pelas IES, alinhados a formação e aprendizagem profissional abrangendo dimensões de caráter filosófico, histórico, epistemológico, ético e técnico-operativo. **Considerações finais:** Para garantir a execução de modo eficaz e eficiente da Extensão Universitária, faz-se necessário o envolvimento dos atores sociais (docentes, discentes e comunidade externa), como componentes individuais, e o apoio da infraestrutura institucional como facilitadora da integração entre ensino, pesquisa e extensão; sendo assim possível a interação entre IES e comunidade, constituindo-se como elemento fundamental capaz de operacionalizar a relação teoria-prática, além de promover uma troca de saberes científico e popular e, impulsionar mudanças significativas no âmbito do ensino, da pesquisa, da aprendizagem e, conseqüentemente, mudança na formação de novos profissionais.

**Palavras-chave:** Extensão Universitária. Comunidade. Formação.

## A IMPORTÂNCIA DO SIGILO NO ÂMBITO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL.

Linda Lourena Penha Araujo <sup>1</sup>, Mayara Sousa Brito<sup>2</sup>, Sâmea Moreira Mesquita Alves<sup>3</sup>.

1 Autor principal: Discente do Curso de Serviço Social - Faculdade Rodolfo Teófilo

2 Co-Autora: Discente do Curso de Serviço Social - Faculdade Rodolfo Teófilo

3 Co-Autora: Docente do Curso de Serviço Social - Faculdade Rodolfo Teófilo

### RESUMO

**Introdução:** Muitos aspectos envolvem o que, aparentemente, parece ser simples: a manutenção de um segredo. O presente resumo irá tratar sobre a importância do sigilo na atuação profissional do/a assistente social, com base no código de ética profissional e nos seus princípios que o regem. **Objetivo:** Abordar a importância do sigilo profissional na ação profissional do/a Assistente Social. **Métodos:** o presente estudo corresponde as pesquisas do tipo bibliográfica, documental, e, de natureza qualitativa, realizada em maio de 2022. **Discussão e Resultados:** A existência do sigilo é condição é indispensável para o trabalho profissional na medida em que essas ações executam em interesse da sociedade. Cabe ao assistente social o direito de não revelar a informação obtida do usuário que o fez na confiança do cotidiano de seu exercício profissional. De acordo com o código de ética vigente, o sigilo se configura como direito devendo ser respeitado por todos os outros que se relacionam com assistente social em sua atividade profissional. O sigilo possui dupla dimensão, no que se refere à dever e direito. O sigilo protege o usuário em tudo que o assistente social tome conhecimento em decorrência de sua atividade profissional. Quanto a quebra do sigilo, está só é admissível em situação de extrema gravidade que traga prejuízo aos interesses que consideram o direito numa dimensão da Equidade e da Liberdade na perspectiva de uma sociedade mais justa democrática (BARBOSA, 2021). Nesse contexto, faz-se necessário que o profissional de serviço social conheça os elementos necessários para o bom cumprimento de seu trabalho, desde as condições institucionais, até as informações obtidas na sua relação com o usuário. Importante ressaltar que o sigilo profissional não é absoluto. No caso do Serviço Social, esse elemento abre a possibilidade desse profissional avaliar, subjetivamente, se deve manter ou divulgar o fato sigiloso. **Considerações finais:** Através deste estudo, foi possível compreender que o sigilo profissional visa a proteção da intimidade e privacidade da vida dos usuários. O sigilo pode-se fundamentar a dignidade da pessoa humana e no respeito ao princípio do bem comum como forma de garantir o necessário respeito a intimidade do usuário.

**Palavras-chave:** Serviço Social. Código de ética. Sigilo.

## **AValiação INSTITUCIONAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA COMO AVALIADORAS DO MEC DE RECONHECIMENTO DE CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

Lucileila de Sousa Cardoso Almeida<sup>1</sup>, Joana Darc Matias Prado Teles<sup>2</sup>.

1 Autor principal: Docente do Curso de Serviço Social - Faculdade Rodolfo Teófilo.

2 Co-Autora: Docente do Curso de Serviço Social - Faculdade Rodolfo Teófilo.

### **RESUMO**

**Introdução:** A Avaliação Institucional de cursos nas Instituições de Ensino Superior é uma prática normatizada pelo Ministério de Educação(MEC) desde 1996, ano em que o Ministério da Educação (MEC), instituiu o decreto Nº 2026 de 10/10/1996 e, posteriormente, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, instalado através da Lei 10.861 de 15/04/2004 e estabelece procedimentos para o processo e avaliação dos cursos e instituições de ensino superior, com a finalidade de melhoria da qualidade da educação nos cursos de graduação e instituições de educação superior com critérios específicos que envolve conceitos a respeito das dimensões relativo a Organização Didático-Pedagógica, Corpo Docente e Tutorial e Infraestrutura. Essa prática profissional requer um conhecimento específico de políticas educacionais, leis, portarias, decretos e uma base conceitual a respeito da avaliação, sendo necessário uma constante atualização de conhecimentos e olhares específicos adquiridos na experiência e na formação profissional. Com a motivação de sistematização de práticas profissionais na área de Serviço Social que ainda são pouco exploradas, e portanto, como avaliadoras do MEC, pensamos em relatar nossa experiência com as seguintes finalidades: descrever as principais práticas como avaliadoras do curso de Serviço Social do MEC como **objetivo central**, e, especificamente: Destacar as impressões a respeito dos desafios no processo de trabalho e educacionais para reconhecimento do curso de Serviço Social nas IES particulares e públicas visitadas pelas pesquisadoras e avaliadoras durante cerca de 2 anos como avaliadoras do MEC. Para atingir os objetivos propostos as pesquisadoras (e avaliadoras do MEC) adota a **metodologia** de relato de experiência, pontuando observações encontradas e anotadas em diários de campo nesses dois últimos anos de experiência em Avaliação Institucional de Reconhecimento de Curso em Serviço Social. Como **resultados**, encontramos nas Instituições de Ensino Superior vagas ociosas na oferta de curso, fluxo de docentes, baixo número de instituições apresentando evidências na área de estudos de egressos, pouca atenção na importância nos estudos de avaliação de aprendizagem, poucas IES investem ou possuem Planos e regulamentos de incentivo a pesquisa, inovação e práticas exitosas, e dificuldades na adaptação com metodologias ativas em período de pandemia, **Consideramos** assim, que os cursos de Ensino Superior, precisam estabelecer melhores os seus objetivos, processos de ensino-aprendizagem, autoavaliação institucional, corpo docente com titulação, mas também com prática profissional com foco no perfil do egresso para o reconhecimento de curso e consequente formação de qualidade.

**Palavras-chave:** Avaliação Institucional. Ensino Superior. Ministério de educação.

## **ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA** Jessica Teixeira de Sousa<sup>1</sup> e Sâmea Moreira Mesquita Alves<sup>2</sup>.

1 Autor principal: Egressa do Curso de Serviço Social - Faculdade Rodolfo Teófilo

2, Co-Autora: Docente do Curso de Serviço Social - Faculdade Rodolfo Teófilo

### **RESUMO**

**Introdução:** O estágio supervisionado é importante para a formação profissional, pois, permite a articulação da teoria apreendida na sala de aula com a realidade profissional vivenciada no campo de estágio. Tal articulação configura-se como meio de aprendizagem, ensino, experiência e contribuição para a construção da identidade profissional. **Objetivo:** Refletir sobre a importância do estágio supervisionado para a formação profissional do/a Assistente Social. **Métodos:** Na metodologia utilizou-se de revisão bibliográfica, de natureza qualitativa, e com a experiência no campo de estágio ocorrida no período de novembro de 2021 a março de 2022. **Discussão e Resultados:** O estágio supervisionado é um momento em que o/a acadêmico de Serviço Social anseia. Entretanto, simultaneamente pode surgir o medo pelo novo, diante das múltiplas expressões da questão social que acompanhará. Sentimentos que fazem parte do processo de ensino-aprendizagem. No campo de estágio é preciso que o aluno-estagiário aproveite cada etapa, perguntando, refletindo criticamente sobre as demandas que chegam e as intervenções realizadas pelos profissionais de serviço social. Em minha experiência na área da saúde, uma das atividades que eu realizava era a aplicação da avaliação social, um instrumento utilizado no primeiro atendimento do usuário pelo serviço social. No Parâmetro para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde, um dos pontos que elenca para atuação competente do Assistente Social é “conhecer as condições de vida e trabalho dos usuários, bem como os determinantes sociais que interferem no processo saúde-doença” (2010, p.30). Nesse contexto, observa-se que a avaliação social possibilita conhecer essas condições, contribuindo para que o Assistente Social pudesse identificar demandas que necessitassem de sua intervenção. Pode-se, portanto, compreender que é imprescindível que haja constante união entre teoria e prática, possibilitando novos conhecimentos. Este valioso momento vivenciado no campo da saúde elencou novos conhecimentos, proporcionando também reflexões sobre o fazer profissional do/a Assistente Social com atuação no âmbito da saúde, suas particularidades e estratégias de intervenção diante das mais variadas refrações da questão social que lá se apresentam. Buriolla destaca ainda que o processo de supervisão exige envolvimento de todos os envolvidos: “(...) envolvem co-participação, diálogo, co-responsabilidade, exigindo interação contínua e relacionamento dinâmico entre eles”. (2011, p.158). Vale ressaltar que o processo de formação não acontece somente com o supervisor de campo, ou o supervisor acadêmico, ou só o aluno, pois, é preciso que todos os estes estejam empenhados no compromisso de uma formação qualificada. **Considerações Finais:** Através deste relato de experiência, foi possível perceber o papel importante do estágio supervisionado. Possibilitando o primeiro contato com o cotidiano profissional, observando as realidades sociais, mostrando a importância da teoria aliada à prática. Pois, não há como intervir na vida dos usuários, na

busca de garantir os seus direitos, se não houver conhecimento teórico para embasar o fazer profissional. A partir dos resultados obtidos nesta pesquisa, pôde-se compreender que as demandas que se apresentam ao assistente social são individuais e familiares, em contextos de vulnerabilidade e risco social, assim como denúncias de casos de: violência e negligência familiar e outras violações de direitos.

**Palavras-chave:** Estágio Supervisionado. Formação Profissional. Saúde.



## O REFLEXO DA NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO SOBRE A ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO SUAS

Sâmea Moreira Mesquita Alves<sup>1</sup> e Maria Lucielma Barbosa Vieira<sup>2</sup>.

1 Autor principal: Docente do Curso de Serviço Social - Faculdade Rodolfo Teófilo

2, Co-Autora: Docente do Curso de Serviço Social – Universidade Estadual do Ceará

### RESUMO

**Introdução:** O indivíduo passou a dominar a natureza através do trabalho - elemento estrutural da formação individual e coletiva da sociedade - que ampliou os horizontes humanos ao descobrir novos objetos e/ou propriedades que lapidavam a funcionalidade de cada um, e objetivavam o poder de transformação humana. A sociedade vivenciou estágios do modo de produção - que sustenta a exploração da mão de obra de grandes massas populacionais para garantir o resultado da produção - até chegar ao atual sistema capitalista de produção. Este, também, vem se metamorfoseando a fim de superar suas crises. A capilaridade dessa estrutura perversa atinge a todos seguimentos profissionais, como por exemplo, a atuação dos profissionais do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

**Objetivo:** Identificar o impacto da nova morfologia do trabalho sobre a atuação dos profissionais do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. **Metodologia:** Pesquisa de natureza qualitativa, do tipo bibliográfica e documental, realizada no período de agosto a outubro de 2021. **Discussão/Resultados:** As estratégias do capitalismo para enfrentar sua crise contemporânea, iniciada na década de 1970, e, acentuada nos anos 2007 e 2008, atingem fortemente o/a trabalhador/a que vem se submetendo as relações de exploração para, no mínimo poder servir. Conforme Antunes (2018), as condições do mercado de trabalho são de extrema precarização. Porém, a escassez de postos de trabalhos com direitos garantidos é de tamanha grandiosidade também, que revela um grande exército de mão de obra sequestrados para servir, denominando assim o “privilégio da servidão” mesmo diante de tantas disparidades. Verificamos duas pesquisas de âmbitos regional e local que apresentam índices estatísticos sobre os vínculos empregatícios dos profissionais do SUAS na região Nordeste e no município de Maracanaú/CE, respectivamente. Os dados revelam o seguinte: na região Nordeste, 1.183 municípios tiveram profissionais participando da pesquisa, totalizando 7.456 formulários respondidos. Deste universo, referente ao critério “natureza do vínculo empregatício” constatou-se 49% são trabalhadores/as com contratos temporários; os estatutários somam 21%; 18%, é de cargo comissionado; 5%, como prestador de serviço (pessoa física) e com 3% aparecem os celetistas e outros tipos de vínculos; contrato para emergência durante à pandemia 0,3% e 1% dos que responderam informaram ter vínculo formal. Em Maracanaú/CE, 448 trabalhadores são lotados na Secretaria de Assistência Social e Cidadania e seus equipamentos, observamos os seguintes números no “Quadro de Recursos Humanos da SASC por vínculo”: 53,1% são contratos temporários; 27,9% são estatutários; 14,5% comissionados e 4,5% estagiários.

**Considerações finais:** Ambas as pesquisas retratam os desdobramentos da nova morfologia do trabalho que reforçam o desmonte da legislação protetora do trabalho preservando os imperativos destrutivos do capital. Tal situação afeta diretamente o trabalhador no tocante à insegurança financeira, instabilidade nas relações de trabalho; acarreta equipes profissionais desfalcadas e sem identificação de classe pela grande rotatividade e frágeis vínculos interrelacionais e; por sua vez, atinge a qualidade da operacionalização da política de assistência social que se torna fragmentada e descontínua.

**Palavras-chave:** Trabalho. Precarização. SUAS.



## “OUSAR SABER PARA OUSAR TRANSFORMAR”: A PESQUISA NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL, UM RELATO DA EXPERIÊNCIA.

Daniele Ribeiro Alves<sup>1</sup>, Joana Darc Matias Prado Teles<sup>2</sup>, Lucileila de Sousa Cardoso Almeida<sup>3</sup>, Maria da Conceição Reis Silva<sup>4</sup>, Sâmea Moreira Mesquita Alves<sup>5</sup>.

1 Autor principal: Docente do curso de Serviço Social – Faculdade Rodolfo Teófilo.

2. Co-Autora: Docente do curso de Serviço Social – Faculdade Rodolfo Teófilo.

3. Co-Autora: Docente do curso de Serviço Social – Faculdade Rodolfo Teófilo.

4. Co-Autora: Docente do curso de Serviço Social – Faculdade Rodolfo Teófilo.

5. Co-Autora: Docente do curso de Serviço Social – Faculdade Rodolfo Teófilo.

### RESUMO

**Introdução:** A investigação científica requer captar o movimento do real, apreendendo as particularidades e problemáticas postas do cotidiano, num esforço analítico de tornar-se objeto de conhecimento. Dessa forma, as dimensões investigativas/interventivas imanentes à uma profissão como a do serviço social, são processos formativos centrais para os discentes de serviço social. Assim, o **objetivo geral** deste estudo é discutir os desafios da produção de conhecimento na graduação, numa instituição privada, a partir de um relato de experiência. Quanto aos **objetivos específicos**: problematizar a pesquisa na formação profissional e entender o que a formação em serviço social habilita para captar e interpretar a realidade. No que se refere a **metodologia** recorreu-se a pesquisa bibliográfica e relato de experiência de sete anos de docência, ministrando disciplinas de pesquisa. Assim, os **resultados e discussões** são: a pesquisa torna-se disciplina obrigatória na formação profissional dos (as) assistentes sociais somente em 1982 (SPOSATI, 2007) fruto de uma nova cultura crítica. Desde então, adensa-se a idéia da pesquisa como primordial para a nossa formação. Todavia, estudantes trabalhadores (as), o perfil nas instituições de ensino privado, se deparam, no momento da disciplina de pesquisa, com inúmeras dificuldades nesse processo, desde conciliar várias disciplinas teóricas e estágios. Além disso, é um curso eminentemente feminino: mulheres trabalham 7,5 horas a mais que os homens por semana devido à dupla jornada, que inclui tarefas domésticas e trabalho remunerado (IPEA, 2017). Vários desafios e desdobramentos estão postos diante dessa realidade, já que o movimento de investigar, sistematizar e pensar requer o “trabalho de tempo”: de encontro com os sujeitos, de amadurecimento das ideias e dedicação a escrita científica. **Consideramos** que há uma necessidade de criar espaços que discutam os inúmeros dilemas enfrentados na produção do conhecimento. Ainda é primordial fortalecer a ideia da importância do(a) graduando(a) experimentar a relação acadêmico-científica, como um percurso em movimento, que propicia a análise crítica e um olhar diferenciado e criativo, sendo, portanto, o saber a base indispensável para transformar e o instrumento estratégico para uma formação de qualidade.

**Palavras-chave:** Pesquisa em Serviço Social. Formação acadêmica. Ensino Privado.

## POSTURA ÉTICA NA ATUAÇÃO PROFISSIONAL.

Wanessa Vitoria Lourenço Reis<sup>1</sup>, Antonia Cleizivane Leite Costa<sup>2</sup>, Mayara Lima Barros<sup>3</sup>  
e Sâmea Moreira Mesquita Alves<sup>4</sup>.

1 Autor principal: Discente do Curso de Serviço Social - Faculdade Rodolfo Teófilo.

2 Co-Autora: Discente do Curso de Serviço Social - Faculdade Rodolfo Teófilo.

3 Co-Autora: Discente do Curso de Serviço Social - Faculdade Rodolfo Teófilo.

4 Co-Autora: Docente do Curso de Serviço Social - Faculdade Rodolfo Teófilo.

### RESUMO

**Introdução:** Falar sobre ética profissional corresponde refletir sobre um conjunto de normas morais, com intuito de orientação do comportamento coletivo, bem como apontando para um profissionalismo. Independente da esfera e/ou instituição empregadora do/a Assistente Social, esta pode demandar algumas práticas ao seu exercício profissional. Todavia, é a luz do código de ética desta profissão que torna-se possível discernir o certo do errado. Assim sendo, faz-se necessário discutir sobre a postura ética assumida pelos profissionais de serviço social em seus diferentes espaços sócio-ocupacionais de sua atuação, entendendo seu compromisso em cumprir os deveres e defender os direitos estabelecidos neste código. **Objetivo:** Destacar a relevância da postura ética profissional no cotidiano de trabalho do/a Assistente Social. **Métodos:** Foi realizada uma revisão bibliográfica onde houve uma análise de 5 artigos, que continham dados qualitativos com publicação entre os anos de 2011 a 2017, todos em língua portuguesa, extraídos do banco de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scielo e articulado com outras fontes de pesquisas. O presente estudo possui natureza qualitativa. **Discussão e Resultados:** No contexto de diferentes espaços de atuação, o assistente social, assim como os demais profissionais, necessita atender regras e ordens advindas da instituição na qual trabalham, desde que estas não venham ferir o seu Código de Ética. Segundo Barroco e Terra (2012, p. 153) [...] a autonomia técnica possibilita ao profissional manter sua capacidade crítica e absoluta Independência sem se submeter à imposição ou determinações autoritárias. Em relação ao seu fazer profissional, o/a assistente social deve desenvolver com eficiência e responsabilidade as suas atividades com o usuário observando a sua conduta ética. Deste modo, tal autonomia é conquistada mediante a coletividade dos profissionais em seus processos políticos de luta pela efetivação dos direitos assegurados no código de ética da profissão aqui em alusão, sendo, portanto, um deles a não obrigatoriedade de cumprir determinada atividade que não seja compatível com suas atribuições, cargos ou funções. **Considerações finais:** Tendo em vista o que foi exposto, foi possível perceber que a conduta do assistente social deve ser pautada no conhecimento das dimensões ético – político baseando-se nos princípios e valores do código de ética que norteiam seu desempenho, da dimensão técnico – operativo que se vincula aos objetivos do fazer profissional e da dimensão teórico – metodológico referente a capacidade de compreender as teorias e sua relação com as práticas profissionais para que este possa se posicionar e defender a autonomia de sua atuação e desempenhar seus deveres. Assim sendo, tem-se que a ética profissional deve ser posta em prática por toda e qualquer profissão. A postura profissional é constituída por aspectos como conduta ética, hábitos, habilidades, competências, conhecimentos e comportamentos.

**Palavras-chave:** Serviço Social. Código de Ética. Ética profissional

## **PROJETO ÉTICO POLÍTICO E SAÚDE: UM ESTUDO SOBRE A MATERIALIZAÇÃO NO NASF.**

Francisca Geisa Guimarães Teixeira<sup>1</sup>, Sâmea Moreira Mesquita Alves<sup>2</sup>.

1 Autor principal: Discente do curso de Serviço Social - Faculdade de Tecnologia do Nordeste

2 Co-Autor: Docente do curso de Serviço Social – Faculdade Rodolfo Teófilo.

### **RESUMO**

**Introdução:** Dois acontecimentos históricos permitem situar a relevância em estudar acerca da consolidação do projeto ético político do serviço social no campo da política pública de saúde, assim também como o compromisso ético-político é direcionado ao assistente social inserido no NASF – Núcleo de Apoio à Saúde da Família. São eles: o Movimento de Reforma Sanitária no Brasil em 1970, que permitiu a construção de um conceito ampliado de saúde e a construção do sistema de saúde pública a partir da Constituição Federal de 1988, os quais são abordados no trabalho. É válido ressaltar que o Projeto Ético-Político do Serviço Social - PEP se constitui como um horizonte estratégico para a profissão de serviço social já que se apresenta como algo que foi projetado e que é construído ao longo da profissão. Assim, é possível direcionar o referido projeto que se vincula a emancipação humana da sociedade, ao passo em que tem como horizonte a construção de um novo modelo de sociedade. Sob este viés, na área da saúde, a visibilidade deste projeto profissional é dado por meio das intervenções críticas do assistente social sob a perspectiva de promoção da saúde enquanto garantia universal para todos. **Objetivo:** O presente artigo tem como objetivo geral estudar a materialização do projeto ético-político do Serviço Social no contexto do NASF - Núcleo de Apoio à Saúde da Família, mostrando a relevância das intervenções do trabalho realizado pelo assistente social na perspectiva de contribuir com a consolidação deste projeto, ao considerar o contexto atual adverso na concretude das finalidades a que se propõe este projeto profissional, no cenário desafiador em que se encontra a política pública de saúde, sendo esta permeada de limitações. **Métodos:** No que se refere a metodologia utilizada, foi escolhida uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório se apresentando como um estudo bibliográfico e documental. **Discussão e Resultados:** Este estudo possibilitou compreender quais os desafios que são postos para a materialização do projeto ético político do Serviço Social no contexto do NASF. Observou-se também que o campo da saúde é composto de desafios e limitações. No entanto, ao desenvolver as suas ações profissionais de forma competente e crítica, o assistente social colabora para o enfrentamento desses desafios, os quais são postos no dia a dia da atuação profissional, na medida em que se compromete com os interesses da classe trabalhadora e com a construção de um novo modelo de sociedade, mais justa, mais igualitária, que possa ofertar os direitos sociais e essenciais para a classe trabalhadora. **Considerações finais:** Diante desse contexto, observou-se que mesmo diante do cenário desafiador em que se apresenta o projeto ético político do serviço social, no campo da política de saúde, a consolidação deste projeto é materializado no cotidiano das ações profissionais do assistente social, na medida em que este profissional garante a promoção da cidadania, empoderamento dos sujeitos sociais, a partir de informações, acesso a bens e serviços de saúde e principalmente na divulgação da saúde enquanto política pública de direito.

**Palavras-chave:** Política Pública de Saúde. NASF. Projeto Ético Político. Serviço Social.

## UMA ABORDAGEM SOBRE O SERVIÇO SOCIAL NA ONCOLOGIA

Rafaela Araujo Reis<sup>1</sup>, Daniele Ribeiro Alves<sup>2</sup> e Thais Honório de Lima<sup>3</sup>

1 Autor principal: Discente do Curso de Serviço Social - Faculdade Rodolfo Teófilo.

2 Co-Autora: Docente do Curso de Serviço Social - Faculdade Rodolfo Teófilo.

3 Co-Autora: Discente do Curso de Serviço Social – Faculdade Rodolfo Teófilo.

### RESUMO

**Introdução:** O câncer da mama é o tipo de câncer que mais acomete as mulheres no Brasil, excluindo o câncer de pele não melanoma. Os fatores de risco relacionados à vida reprodutiva da mulher (menarca precoce, nuliparidade, idade da primeira gestação a termo acima dos 30 anos, anticoncepcionais orais, menopausa tardia e terapia de reposição hormonal) estão bem estabelecidos em relação ao desenvolvimento do câncer de mama. Além desses, a idade continua sendo um dos mais importantes fatores de risco. (INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER, 2011). **Objetivo:** Compreender a atuação do Serviço Social com mulheres com câncer de mama; discutir as políticas públicas de saúde para as mulheres; identificar o perfil socioeconômico das mulheres com câncer de mama a partir de uma pesquisa bibliográfica. **Métodos:** Pesquisa de cunho qualitativo, utilizando fontes bibliográficas Minayo (2002; Pag. 16) para discutir Serviço Social, Câncer de mama, Saúde da Mulher. **Discussão e Resultados:** Verificamos nessa pesquisa que Segundo Ambrósio e Santos (2015, P.856): “A notícia do câncer é vivenciada como uma experiência altamente dolorosa e impactante, e a mastectomia adquire fundamentalmente o significado de perda e mutilação física.” Já para Chevalier-Martinneli e Chantal (2006,P.129) “ a perda total ou parcial do órgão, às vezes traz consequências emocionais, sexuais e psicológicas, uma vez que a mulher pode sentir sua feminilidade ou capacidade reduzidas”. A mama é sinônimo de feminilidade e sexualidade, no entanto a doença provoca alterações biopsicossociais na vida da mulher acometida, causando prejuízos em todas as áreas de sua vida. A partir dos 40 anos as mulheres são asseguradas pela lei 11.664/2010 a garantia da realização do exame mamográfico. Todavia, o percurso e acesso não tem sido tão simples assim. O referido exame é considerado de média complexibilidade para o Sistema Único de Saúde (SUS), causando, muitas vezes, burocracia ao seu acesso. A atuação do serviço social nesse contexto é fundamental no processo de melhoria dessas mulheres, proporcionando qualidade de vida, mediando o acesso dessas mulheres na garantia de seus direitos, como também na atuação das expressões das questões sociais visando um acolhimento, mas humanizado para essas mulheres. **Considerações finais:** Através dessa pesquisa, foi possível perceber a contribuição e importância do/a Assistente Social, inserido na equipe multiprofissional de acompanhamento e cuidado a mulheres com câncer de mama. Nesse contexto, ressalta-se que o/a assistente social deve possuir habilidades e competências necessárias para atuar, orientar e instruir mulheres que chegam a unidade de serviço já bastante fragilizadas mediante ao processo de adoecimento físico, psicológico e social. Assim sendo, a intervenção do/a assistente social tem como objeto as diversas expressões da questão social, as quais podem ser identificadas em cada caso. O atendimento profissional qualificado aponta para um amparo a essas mulheres, no sentido também de criar estratégias de enfrentamento quanto aos diversos limites que possam surgir, nessa trajetória do cuidado.

## UMA ANÁLISE SOBRE O PRINCÍPIO DA LIBERDADE NO CÓDIGO DE ÉTICA

Livia Maria Rodrigues Cordeiro<sup>1</sup> e Sâmea Moreira Mesquita Alves<sup>2</sup>

1 Autor principal: Discente do Curso de Serviço Social - Faculdade Rodolfo Teófilo

2, Co-Autora: Docente do Curso de Serviço Social - Faculdade Rodolfo Teófilo

### RESUMO

**Introdução:** Este resumo foi construído a partir da leitura e estudo do Código de Ética Profissional do/a Assistente Social concomitante a disciplina de Ética Profissional em Serviço Social, em maio de 2022, na Faculdade Rodolfo Teófilo. O referido código de ética apresenta onze Princípios Fundamentais, os quais configuram-se como prescrições constituídas por valores éticos e políticos, bem como por suas formas de viabilização. A reflexão aqui proposta refere-se ao primeiro Princípio Fundamental, o qual possui como apontamento o reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a elas inerentes-autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais. **Objetivo:** Discutir sobre o conceito de liberdade dentro do código de ética do/a Assistente Social. **Métodos:** Esta pesquisa do tipo bibliográfica, com embasamento teórico por meio de leitura e estudo do Código de Ética do/a Assistente Social Comentado. Quanto à natureza, este estudo é de cunho qualitativo. **Discussão e resultados:** "O trabalho do assistente social é impregnado pela a sociabilidade da sociedade do capital, elucidando sua funcionalidade, e simultaneamente, o potencial que dispõe para impulsionar a luta pelos os direitos e a democracia em todos os poros da vida social" (IAMAMOTO. 2010 p.417). Os processos de trabalhos dos assistentes sociais nos campos de atuação compete ao compromisso da presente efetivação do código de ética dentre a cotidianidade do trabalho. É considerado que a liberdade no contexto capitalista destina a contradição no tocante a autonomia, emancipação e expansão dos indivíduos sociais previstos no código de ética, onde a ordem social vigente aponta a neutralidade do capital em infundir a reestruturação da condição de liberdade por meio de padrões individuais, no qual a sociabilidade dos indivíduos remete a forças privativas, alienadas e fetichistas. Cabendo às assistentes sociais promover tal autonomia a liberdade alternativa, que supõe a erradicação do capital. "O assistente social na sua prática profissional, na relação que estabelece com os usuários do Serviço Social, com outros profissionais e com qualquer outra pessoa, deve pautar sua conduta no reconhecimento da liberdade e de suas possibilidades, eis que esse é o valor ético central." (BARROCO; TERRA, 2012, p.121). Portando se faz necessário a alegação da liberdade no código de ética para viabilização dos direitos coletivos a sociedade. **Considerações finais:** Na perspectiva do projeto ético político da profissão do serviço social, a conduta profissional atribui o reconhecimento à liberdade com o fator determinante ao homem livre, haja vista o fato da autonomia ser realizada por meio da libertação para plena expansão dos indivíduos sociais. Portanto, cabe analisar o projeto profissional em seu contexto sócio histórico que foi amadurecido em 1993 por meio das contradições que o sistema capitalista impõe

**Palavras-chave:** Código de Ética.Liberdade.Capitalismo.